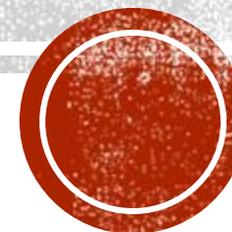


ESPECIAIS

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O PAPEL DA IMPRENSA



ELAS NO ALVO



Em entendimento recente, a Lei Maria da Penha tem sido aplicada em casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes do sexo feminino. Das 14.985 ocorrências de 2018, 1.048 tinham meninas como vítimas. Na semana em que a norma completa 13 anos, série vai mostrar o impacto das agressões em garotas, adultas e senhoras

• HELENA MADER
• ADRIANA BERNARDES
• BEATRIZ FORTUNA

Os relatos são repletos de dor, revolta e mágoa. Descrevem a força de um chute e a angústia de uma tentativa de estrangulamento. A narrativa da vítima se repete 1.585 vezes no ano passado. Esse é o número de ocorrências de violência doméstica registradas nas delegacias do Distrito Federal em 2018. A cada 35 minutos, uma mulher despendia energia detalhando de seu marido a uma autoridade policial. Milhares de outras vítimas aguardam em silêncio, sem denunciar a violência física e psicológica. Parte das ocorrências relacionadas à Lei Maria da Penha revela agressões ainda mais cruéis — os crimes causaram o sofrimento de crianças e adolescentes. No ano passado, foram registrados 1.048 casos de violência doméstica em que as vítimas tinham menos de 18 anos, o que representa 7%.

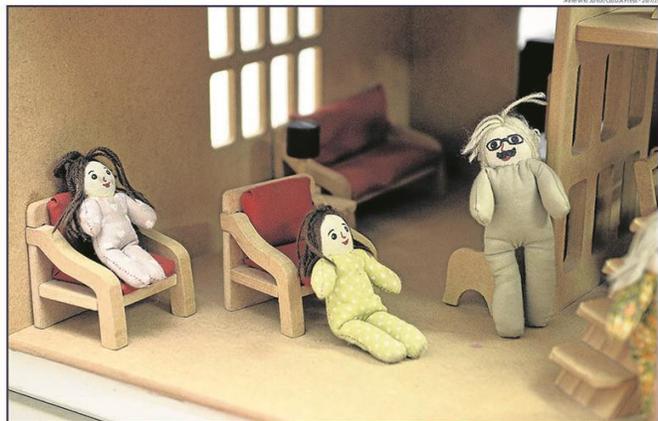
Da primeira infância à terceira idade, a mulher sofre em casa o calvário de sua condição feminina. Na semana em que a Lei Maria da Penha completa 13 anos, o Correio publica a série de reportagens. Elas no alvo para mostrar o impacto da violência doméstica na vida de meninas, de mulheres e de senhoras, além da repercussão dessa barbárie silenciosa em toda a sociedade. Cada injúria, xingamento, ameaça, coação, tapa, estupro ou feminicídio é um retrocesso civilizatório a ser combatido.

A Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, trouxe mecanismos de amparo e proteção para mulheres vítimas de agressões domésticas e representou um importante avanço no combate à violência de gênero. A legislação não faz restrições de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, religião, nem idade das vítimas, o que abre brechas para a aplicação da norma em todos os níveis de desenvolvimento socioeconômico e em qualquer tipo de comunicação com a mulher e da proibição para frequentar determinados lugares.

Na delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) da Polícia Civil do Distrito Federal, a aplicação desse dispositivo legal é prioritária para proteger meninas vítimas de violência doméstica. "A Lei Maria da Penha é bem clara ao determinar que não deve haver distinção de idade. O texto fala em vítimas do sexo feminino, então, a lei tem incidência em qualquer caso de violência que ocorra em contexto doméstico e afetivo", explica a delegada chefe da unidade, Ana Cristina Melo Santiago. A partir da vigência de seis anos à frente da Delegacia da Mulher, ela conduziu os casos de violência doméstica com a experiência de quem sabe indicar medidas de urgência para preservar a vida de vítimas.

A delegada explica que a Lei Maria da Penha não traz princi-

A Dor das Mariazinhas



Brinquedos na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) em ocorrências em ambiente doméstico

elas não plaque o calado

SEM DISTINÇÃO

Na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) da Polícia Civil do Distrito Federal, a aplicação desse dispositivo legal é prioritária para proteger meninas vítimas de violência doméstica. "A Lei Maria da Penha é bem clara ao determinar que não deve haver distinção de idade. O texto fala em vítimas do sexo feminino, então, a lei tem incidência em qualquer caso de violência que ocorra em contexto doméstico e afetivo", explica a delegada chefe da unidade, Ana Cristina Melo Santiago. A partir da vigência de seis anos à frente da Delegacia da Mulher, ela conduziu os casos de violência doméstica com a experiência de quem sabe indicar medidas de urgência para preservar a vida de vítimas.

lar, proibição de aproximação da vítima, de seus familiares e de testemunhas, além da vedação a qualquer tipo de comunicação com a mulher e da proibição para frequentar determinados lugares.

Em 2017, as delegacias do DF fizeram 14.806 ocorrências em quadras na lei. Das quais 8% tinham crianças e adolescentes como vítimas — o equivalente a 1.194 casos. A média diária de ocorrências teve poucas oscilações: de janeiro a março, houve 3.752 registros de violência doméstica, entre os quais, 262 eram contra meninas.

Equipe do Centro de Atendimento 18 de Maio, especializada em casos de violência contra crianças e adolescentes

Marlene Junior/CEBRA Press - 2019/3



A Lei Maria da Penha trouxe um processamento mais rígido. Ela também leva a análise do caso a um juizado de violência doméstica, que é especializado e tem um olhar próprio sobre essa violência de gênero"

Ana Cristina Melo Santiago, delegada de polícia

FEBRE E DOR

A reportagem teve acesso ao andamento de casos de violência doméstica contra meninas relacionados à Lei Maria da Penha. Um dos episódios de agressão ocorreu em novembro de 2017, na Estrutural. A vítima, uma criança de 3 anos, foi estuprada pelo pai, que depois se casou com ela. A mãe foi a primeira a perceber o sofrimento da garotinha, queardia em febre e sentia dores fortes no urinar. Levou a menina à DPCA para denunciar a suposta negligência da mãe da vítima. As suspeitas de abuso sexual foram automáticas e o exame realizado no Instituto de Medicina Legal (IML) confirmou lesões graves na vagina da vítima.

Como o enquadramento do caso na Lei Maria da Penha, foram pedidas medidas emergenciais para proteger a criança, até a prisão do agressor, cuja defesa apresentou um incidente de inidoneidade mental. O laudo psiquiátrico confirmou os distúrbios do criminoso, que está na ala de tratamento psiquiátrico da Papuda.

Alguns casos de maus-tratos são enquadrados na Lei Maria da Penha quando o crime é marcado por uma situação de violência de gênero contra a menina. Coordenadora do Núcleo Judiciário da Mulher e titular da Vara de Violência Doméstica e Familiar do Riacho Fundo, a juíza Fabíulane Figueiredo Souto Zapata exemplifica a situação com um caso que tramitou na variz: o pai agredia o filho e a filha, mas por razões diferentes. "O garoto era severamente castigado por não fazer o dever de casa ou por tirar nota baixa, por exemplo. Já a irmã sofria maus-tratos por não executar tarefas consideradas femininas, como arrumar a casa, fazer o jantar ou cuidar dos irmãos mais novos. O levantamento psicossocial mostrou que ela era castigada por isso", conta a magistrada. O caso do garoto foi para um juizado especial criminal e a agressão contra a menina tramitou em uma vara de violência contra a mulher, enquadrada na Lei Maria da Penha.

AMPARO

As salas recém-implementadas do Centro de Atendimento 18 de Maio, na 307 Sul, são o cenário de narrativas dolorosas. O local recebe crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, e a maioria, descreve cenas de terror ocorridas

dentro de casa. Uma equipe de 10 pessoas, entre psicólogos, pedagogas e assistentes sociais, acolhe crianças e meninos abusados e garante o encaminhamento aos órgãos públicos competentes. Depois de passar por uma avaliação psicossocial, a vítima passa por um processo de escuta especializado, segundo as diretrizes da Lei 12.431/2012. O texto estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

"A escuta segue um protocolo

cerimonial, que tem como princípio não induzir a resposta, para que ela seja baseada na fala livre da criança e do adolescente. A gente não pergunta diretamente sobre o fato, a gente espera que a criança traga isso em algum momento", explica a psicóloga Tatiana Moreira, que atua no Centro 18 de Maio. "Andamos muitos casos em que o autor da violência foi o pai, o padrasto, o avô ou um cuidador, ou seja, uma pessoa que tinha vínculo afetivo com a vítima", acrescenta. Coordenadora da unidade,

>>> entrevista: MARIA DA PENHA FERNANDES, FARMACÊUTICA



Como a senhora avalia a aplicação da Lei Maria da Penha em casos de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica?

Quando eu era vítima de violência doméstica, precisei um tiro nas costas enquanto dormia. Pedi muito a Deus para que não deixasse minhas filhas órfãs de mãe. Se eu morresse, quem cuidaria delas? Pedi a Deus para não morrer antes de elas serem mulheres feitas, com discernimento para enfrentar as dificuldades. Agora, tenho a oportunidade e a felicidade de falar muito sobre a invisibilidade dessas vítimas, com a Universidade Federal de Pernambuco, fizemos duas pesquisas sobre as condições socioeconômicas da violência doméstica e familiar contra a mulher. Elas mostram que cada mulher assistida deba, em média, duas crianças órfãs. Muitas mulheres grávidas também são assustadas.

De que formas a violência doméstica atinge as crianças?

Quais foram os grandes pontos ainda e preciso avançar?

São muitos os legados positivos, mas, infelizmente, as políticas públicas relacionadas à Lei Maria da Penha existem praticamente apenas nas grandes cidades e nas capitais. A maioria dos pequenos municípios não tem nem sequer um centro de referência para orientar as mulheres sobre seus direitos. Os gestores têm sido omisso.

As frases que ilustram esta reportagem foram escritas à mão por meninas vítimas de violência em um mural da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). A reportagem respeitou a caligrafia e o texto das autoras.

temos direitos de ser feliz crianças toma cuidado sempre clontan para a vida Pais.

ELAS NO ALVO

Publicado em agosto deste ano. Contamos que a violência contra a mulher ocorre da primeira infância à velhice. Falamos sobre a aplicação da Lei Maria da Penha para crianças vítimas de violência, uma novidade para a própria Maria da Penha.

Link do especial: <http://especiais.corr.eiobraziliense.com.br/elas-no-alvo>

Esse cenário demonstra que precisamos ter um olhar mais atento para as crianças que vivem em ambientes marcados pela violência doméstica. A maioria das violações ocorre dentro de casa, o que torna difícil de ser percebido. Então, a comunidade, a escola, os vizinhos precisam estar atentos. Qualquer pessoa pode procurar o conselho tutelar sempre que perceber uma situação de direitos de crianças e adolescentes. O secretário de Justiça Cidadania, Gustavo Rocha.



QUANDO O MEDO ESTÁ DENTRO DE CASA

AUMENTO DE CASOS DE FEMINICÍDIO NO DISTRITO FEDERAL PÔE EM ALERTA AUTORIDADES. DE JANEIRO A NOVEMBRO DO ANO PASSADO, OS 20 JUÍZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO DF RECEBERAM 10.933 MIL PEDIDOS DE MEDIDAS PROTETIVAS. ENTRE OS PROGRAMAS, ESTÁ O PROVID, QUE TEM COMO OBJETIVO PREVENIR, INIBIR E INTERROMPER A PRÁTICA DESSOS CRIMES

» JÉSSICA EUFRÁSIO
» SARAH PERES
ESPECIAL PARA O CORREIO

Para muita gente, chegar em casa é sinônimo de segurança e bem-estar. Para nós, porém, o próprio lar se transformou no cenário de um pesadelo. Assim é a vida das milhares de vítimas de violência doméstica no Distrito Federal. Carla Grizelle, Cláudia, Iai Maria, Jessyka, Juscelia e Mary Stella Martins... Além de viverem relacionamentos abusivos, todas elas entram para a lista de mulheres assassinadas por companheiros ou ex-companheiros. No quinto dia de ano, mais uma tragédia registrada a dona de casa Vanilma Martins torna-se a primeira vítima de feminicídio no DF em 2019.

Os dados mais recentes da Secretaria de Segurança Pública mostram que, de janeiro a novembro, o número de ocorrências desse crime aumentou 50% em relação ao mesmo período de 2017. Por pouco, Recife não entrou para essa triste estatística. Ela viveu um relacionamento de 10 anos com o ex-companheiro e, em abril, após denunciar agressões físicas e ameaças de morte, conseguiu uma medida protetiva. "Ele não aceitava o término. Mudou de endereço, mas ele me procurava pela cidade. Em julho,

minha filha, meu genro e minha neta estavam comigo quando meu ex invadiu a casa com uma faca e tentou me atacar. Meu genro e eu conseguimos correr, mas ele cortou a mão da minha filha", relata.

O agressor ficou preso por 72 dias e, depois, passou a cumprir pena com monitoramento por tornozeleira eletrônica. Regina ficou cerca de 20 dias encarcerada em uma chácara nos arredores de Brasília. "Pensei em ir a alguma Casa Abrigo, mas, ao mesmo tempo, não sabia se conseguia entrar segura. Por causa do medo, decidi sair da cidade. Deixei tudo o que tinha para trás e reconstruí minha vida. Mesmo assim, temo que ele me encontre de alguma forma", confessa.

É foi justamente no ano em que houve aumento no número de casos de feminicídio e nas ocorrências ligadas à Lei Maria da Penha, que as dificuldades de atendimento especializado nas delegacias de atendimento especializadas para manter sob vigilância famílias nas quais verificaram-se casos de violência doméstica foi o programa de Prevenção Orientada à Violência Doméstica (Provid), Criado em 2015, o objetivo da iniciativa é prevenir, inibir e interromper a prática de crimes e iniciativas através de 21 regiões administrativas e monitorar 450 famílias. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, de janeiro a setembro, ocorreram 5,5 mil visitas para atendimento de 710 lares.

Outros programas

BOTÃO DE EMERGÊNCIA
O dispositivo para mulheres em situação de vulnerabilidade atende vítimas que estão sob medida protetiva de urgência expedida pelas Varas de Violência Doméstica. Quando a proteção se sente ameaçada, ela aciona o aplicativo que alerta o Centro Integrado de Operações de Brasília (CIB), na SSP/DF. A equipe de policiais mais próxima do local onde a mulher estiver é acionada para atender-la.

PREVENÇÃO ORIENTADA À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (PROVID)
A Polícia Militar oferece policiamento especializado para atendimento de mulheres vítimas de violência. Assim, os policiais realizam visitas periódicas às famílias em que foram constatados casos de violência doméstica. O programa atende pelo telefone 998-418-140

Fonte: Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Social (SSPP) e Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF)



Violência contra a mulher
Entre janeiro e novembro de 2018, os casos de feminicídio subiram 50% em relação ao mesmo período do ano passado. Ocorrências de violência doméstica e familiar aumentaram em 2,3%

2017 (janeiro — novembro)
18 casos feminicídio
13.426 mil casos — Lei Maria da Penha
2018 (janeiro — novembro)
27 casos feminicídio
13.747 mil casos — Lei Maria da Penha
Medidas protetivas
10.933 mil pedidos
9.108 mil pedidos de urgência
1.825 mil pedidos de urgência

Casos de estupro
2015
624 casos
356 de vítimas (57,1%)
2016
666 casos
400 de vítimas (60%)
2017
883 casos
543 de vítimas (61,5%)
2018 (janeiro — novembro)
617 casos
412 de vítimas (66,8%)

Fonte: Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Social (SSPP)

Fases da violência

- EVOLUÇÃO DA TENSÃO**
Atitude do agressor: comportamento ameaçador, com agressões verbais (ofensas, humilhações e xingamentos) e/ou destruição de objetos da casa. Atitude da vítima: sente-se responsável pelas explosões do agressor, sempre procurando justificativas para o comportamento violento dele (concepção de culpagem, alcoolismo, drogadição, "doença mental" etc.).
- EXPLOÇÃO OU INCIDENTE DE AGRESSÃO**
Atitude do agressor: comete agressões físicas e verbais e apresenta comportamento descontrolado. A cada novo ciclo, as agressões se tornam mais violentas. Atitude da vítima: sente-se fragilizada, em choque. Acredita que não tem controle da situação.
- "LUA DE MEL" (COMPORTAMENTO GENTIL E AMOROSO)**
Atitude do agressor: diz que está arrependido e que não vive com a mulher. Torna-se atencioso e carinhoso. Promete mudar de comportamento e temporariamente parece "um novo homem". Atitude da vítima: acredita na mudança do comportamento do parceiro ou parceiro, confiando que os episódios de violência não se repetirão. Após poucos, o casal retorna à fase de tensão no relacionamento (1ª fase).

Fonte: Cartilha Mulher, Vire a Página, do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP)

Onde buscar ajuda

1 O Distrito Federal conta com uma rede de apoio a vítimas em situação de violência. Confira quais são as opções oferecidas:

1 **DELEGACIA ESPECIAL DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)**
A unidade presta atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar. Funciona 24 horas e fica na Asa Sul. Telefones: 3202-6172 e 3202-6195

2 **CASA ABRIGO**
Foi criado para a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que correm risco de morte. O encaminhamento é feito pelo Deam. A casa busca preservar a integridade física e psicológica de mulheres e menores de até 12 anos. O endereço é sigiloso

21 **CENTROS DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL PARA USUÁRIOS DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS (CAPS AD)**
Atende pessoas com mais de 18 anos que fazem uso abusivo de álcool e/ou outras drogas

4 **CENTROS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTO À MULHER (CEAMs)**
Atendimento multidisciplinar na área psicossocial e jurídica à mulher vítima de violência

27 **CENTROS DE REFERÊNCIA DA PSICOSSOCIAL PARA USUÁRIOS DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS (CRAS)**
Realiza trabalho social de caráter continuado com as famílias, no sentido de fortalecer a família, promover a integração dos vínculos, promover acesso e usufruto de direitos e contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos integrantes

13 **CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)**
Serviço de Proteção e Atendimento

17 **PROGRAMA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E VIOLÊNCIA EM ASSISTÊNCIA (PVA)**
Programa de formação por assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, técnicos de enfermagem, médicos (ginecologista, pediatra e psiquiatra) e pedagogos

9 **MÓDULOS DE ATENDIMENTO ÀS FAMILÍAS E AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (AMAFV)**
acompanhamento psicossocial de autores e vítimas de violência doméstica contra a mulher, encaminhados pelo Sistema de

Justiça (promotorias, Tribunal de Justiça) (PAA) em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos como trabalho infantil, negligência, abandono, violência, abuso ou exploração sexual

17 **PROGRAMA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E VIOLÊNCIA EM ASSISTÊNCIA (PVA)**
Programa de formação por assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, técnicos de enfermagem, médicos (ginecologista, pediatra e psiquiatra) e pedagogos

VULNERÁVEIS TAMBÉM SÃO VÍTIMAS

As mulheres não são os únicos alvos da violência doméstica. Ao longo dos últimos quatro anos, pelo menos 60% dos crimes de estupro aconteceram contra crianças, adolescentes menores de 14 anos, idosos e deficientes. A maioria desses casos — quase 90%, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública — aconteceu nas residências das vítimas e foi provocada por parentes ou pessoas do círculo social da família, como amigos ou vizinhos.

"Como tipo em agente, com ele (abusador) passando a mão nas minhas partes íntimas. Um dia, ele estava na cama, ele se deitou do meu lado e fez as mesmas coisas. Só que, desta vez, colocou o órgão para fora. Ele só não continuou, porque escutei minha mãe chegar em casa". O marido de Sofia*, 12 anos, abusava sexualmente pelo padasto. A criança levou cinco meses para contar à mãe o que vivia com o covarde. "Eu não podia mais ter medo dele", completa.

A criança entregou o pedaço de papel na presença do abusador, que negou tudo. A mãe fingiu não acreditar, enquanto o suspeito arrumava as roupas em uma mala para deixar a casa. No entanto, a responsável pela denúncia denunciou para a Polícia Militar. Ele foi preso em flagrante por estupro de vulnerável. A mãe, Carolin*, não se arrepende e incentiva outras vítimas e familiares: "Não podemos nos calar diante dos abusos e gente é responsável pela criança deve

acreditar nela. Temos de acreditar em uma pessoa que está vulnerável, muitas vezes, o agressor está dentro do nosso convívio", alerta.

Para a delegada adjunta Patrícia Rozalin, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPRCA), a principal dificuldade enfrentada pelos agentes é a dúvida que a família tem sobre o depoimento da criança. "Como na maior parte das ocorrências o abusador é conhecido de todos, há um conflito familiar. Parte acredita na criança e a outra, não. Um abusador não tem cara, profundidade ou passagem pela polícia. Isso faz os adultos pensarem que aquela vítima está fantasiando toda a situação", ressalta a delegada.

» Legislação
De janeiro a outubro, os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes correspondem a 80% dos casos de estupro que chegaram às

unidades de saúde, segundo informações da Secretaria de Proteção de Políticas para Crianças e Adolescentes. As meninas são as principais vítimas. Segundo a subsecretaria da pasta, Perla Ribeiro, o problema envolve todas as classes sociais e idades. Ele resulta que, para além da idealização de poder do adulto sobre a criança, há a sensação de que o homem tem o direito de dominar o corpo feminino.

Perla explica que, para se alcançar a prevenção desse tipo de ação, é preciso ter, sobretudo, um diálogo aberto com crianças e adolescentes. "No diálogo sobre o assunto, mostramos que eles têm poder de decisão sobre os próprios corpos e que nenhuma outra pessoa tem autorização para tocá-los sem que eles deem. Além disso, precisamos estruturar as políticas públicas para tratar dessas questões", aponta.

Os obstáculos no atendimento às vítimas de violência doméstica e de estupro de vulnerável, além da prevenção desses crimes, compõem a lista de desafios da nova gestão do Distrito Federal. De acordo com o secretário de Segurança Pública, Anderson Torres, esses são alguns dos principais pontos da nova gestão do Distrito Federal. De acordo com o secretário de Segurança Pública, Anderson Torres, esses são alguns dos principais pontos da nova gestão do Distrito Federal. De acordo com o secretário de Segurança Pública, Anderson Torres, esses são alguns dos principais pontos da nova gestão do Distrito Federal.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Quando buscar ajuda?

Como identificar se você vivencia uma situação de violência ou se está em um relacionamento abusivo? Faça o teste abaixo e descubra. Marque um X quando a resposta for "sim".

-) É acusado, constantemente, de ser infiel?
-) Privada de trabalhar e de estudar?
-) Criticada por pequenas coisas?
-) O companheiro/familiar é agressivo "com facilidade"?
-) O companheiro/familiar controla as finanças, obrigando e forçando a mulher a comprar só o que ele acha importante?
-) Sofre humilhações e xingamentos na frente dos outros?
-) Os filhos também sofrem agressões?
-) É obrigada a manter relações sexuais contra a vontade?
-) O companheiro/familiar frequentemente demonstra ciúmes?
-) É controla o tipo de roupa que você usa?
-) Ele tenta lhe afastar de amigos(as), parentes e vizinhos(as)?
-) Ele diz que você não precisa trabalhar e/ou estudar?
-) Você já teve ou tem medo de ficar sozinha com ele?
-) Sozinho e isolada e desanimada por causa do relacionamento?
-) As brigas e agressões estão ficando mais frequentes e mais graves?
-) Durante as brigas e discussões, ele parece ficar sem controle?
-) Ele destrói seus objetos, como roupas, fotos, documentos, móveis, instrumentos de trabalho e/ou de valor sentimental?
-) Ele maltrata ou já matou algum de seus animais de estimação?
-) Ele faz questão de lhe contar que tem uma arma ou a esconde para você?
-) Ele ameaça seus parentes e amigos(as)?
-) Ele tem envolvimento com criminosos e a ameaça dizendo que algum "faz o serviço sujo" por ele?
-) Quando você tenta se separar, ele não aceita e fica lhe telefonando e fazendo escândalo na porta de sua casa ou trabalho?
-) Nas tentativas de término do relacionamento, ele te persegue e insiste em ter mais uma chance?
-) Ele diz que, se você não for dele, não será de mais ninguém?

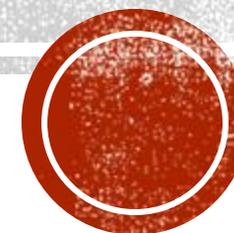
Na Série Violência contra a mulher, o **Correio** mostra que a violência doméstica ocorre dentro de casa, mas que a situação das mulheres em vivência de rua é ainda pior. Também discutiu a necessidade de prevenção.

<http://especiais.correio braziliense.com.br/feminicidio>

Fonte: Cartilha Mulher, Vire a Página, do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP), cartilha Violência Contra a Mulher, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MP/DF)

ARTIGOS

O tema é frequentemente abordado na editoria de Opinião,
um espaço nobre dentro da edição



VISÃO DO CORREIO

Vetos contra a corrupção

Defensores do combate à corrupção, incluindo as investigações da força-tarefa da Operação Lava Jato, rejeitam aliados com a decisão do presidente Jair Bolsonaro em vetar um trecho do projeto do abuso de autoridade aprovado pelo Congresso. Hávia o risco de que não o fizesse. Agora, os vetos serão analisados pelo Parlamento, que poderá derrubá-los ou não, mas a votação será nominal, com o nome de cada deputado e senador aparecendo no plenário de votação, o que torna pública a decisão de cada um deles. Assim, poderia ser questionado e cobrado por seus eleitores. Na aprovação da lei relacionada pelas parlamentares, a votação foi simbólica. A reação de setores da sociedade à legislação proposta pelo Congresso foi imediata, já que significativa parcela de congressistas investigados pelas delegações que atuam contra a corrupção. Muitas vozes se levantaram contra a aprovação da nova legislação, protestando que a criação da Lei do Abuso de Autoridade era uma manobra de classe política às operações contra a corrupção dos últimos anos, sobretudo à Lava Jato. Representantes das associações da magistratura, do Ministério Público e das forças de segurança alegaram que a lei aprovada pelo Parlamento era um incentivo à prática da corrupção e a ações de grupos criminosos organizados. Entidades representativas de juízes, promotores e procuradores insistem que o projeto de lei de autoria do Legislativo, na verdade, não cobre o abuso de autoridade e não corrige possíveis equívocos dos agentes públicos. Entendem que a lei aprovada transforma as autoridades que lutam contra o mal da corrupção em burocratas acudados sem condições de cumprir seus deveres com a sociedade. Na avaliação da Associação do Ministério Público, que reúne promotores e procuradores consideramos inibidoras nos combates ao crime, na realidade, a lei quer punir e simplesmente impedir o julgamento de outras operações similares à Lava Jato ou quaisquer outras investigações que afetem os homens públicos que detêm o poder. Alguns artigos vetados pelo presidente são considerados emblemáticos pelos especialistas em direito penal, em delitos e o que prevê pena de prisão a juízes que, dentro de prazo razoável, não concedesse habeas corpus ou substituição a prisão preventiva por outra medida cautelar quando a lei permitisse. A alegação para o veto, considerado acertado por juristas, é de que o dispositivo gera insegurança jurídica, por se tratar de tipo penal aberto e que comporta interpretação, o que poderia comprometer a independência do magistrado, ao preferir a decisão pelo risco de criminalização de sua conduta. Outro artigo polêmico vetado diz respeito ao não reconhecimento do direito de greve para policiais de seis meses a dois anos para policiais que atuam nas ruas "integramente" um suspenso, item não como muito subjetivo. A decisão final sobre os vetos à Lei do Abuso de Autoridade está nas mãos do Congresso, e a maior resistência à decisão do presidente da República está na Câmara dos Deputados. Por isso, já existem articulações no âmbito do Senado para a manutenção dos vetos. Há um bom tempo, congressistas vêm se articulando para a criação da Lei do Abuso de Autoridade, mas esbarraaram na resistência de setores da opinião pública. Agora, mantem não os vetos do Flávio no poder, significar a continuidade ou não das operações de combate à corrupção.



ANA DUBEUX anadubeux@iglabraz.com.br

Machismo assassino

Mais um caso. Pedrolina, Clevânia, Camélia, Fabiana, Vanessa, Antônia, Leôcia... Até quando! Mais uma história infame, uma família arruinada, uma mulher violada e assassinada. E nós, aqui, homens, sem saber e que fazemos estanciar essa sangria. O feminicídio tornou-se uma espécie de epidemia, dengue, tuberculose, cólera e vem caindo rapidamente. Se não for o grito alto, indelicado e em silêncio, como sempre aconteceu. O grito das mulheres que sofrem da omnia do que para a simples investigação, que o modo que não conta. Devemos falar, educar nossos crianças, entender nossa sociedade, combater o conceito machista que nos caracteriza desde sempre. Deixar vivo a honra e a história, combater as famílias doradas, a reconhecendo que o machismo é um mal para todas as famílias, mulheres e homens. Não se trata apenas de combater uma condição, mas de perceber como problema que mata e perpetua a mulher como uma vítima. Essa conscientização é o primeiro passo.

O feminicídio não é apenas uma tipificação legal. É uma chaga social que rejeita da força assassina. Mais vítimas, mais ódio, mais intolerância, crianças, adolescentes. O recente caso do esqui, horror, sem saber e que fazemos estanciar essa sangria. O feminicídio tornou-se uma espécie de epidemia, dengue, tuberculose, cólera e vem caindo rapidamente. Se não for o grito alto, indelicado e em silêncio, como sempre aconteceu. O grito das mulheres que sofrem da omnia do que para a simples investigação, que o modo que não conta. Devemos falar, educar nossos crianças, entender nossa sociedade, combater o conceito machista que nos caracteriza desde sempre. Deixar vivo a honra e a história, combater as famílias doradas, a reconhecendo que o machismo é um mal para todas as famílias, mulheres e homens. Não se trata apenas de combater uma condição, mas de perceber como problema que mata e perpetua a mulher como uma vítima. Essa conscientização é o primeiro passo.



>>> Sr. Redator

Cartão de Sr. Redator deve ser no máximo 30 linhas e incluir nome, endereço completo, telefonia de identidade e telefonia para contato. E-mail: redator@iglabraz.com.br

Desabafo

Está em aberto o debate sobre ideologia de gênero. O atual governo não reconhece essas discussões, pois, hoje, no Brasil, prevalece a ideologia do machismo. O número de mulheres executadas pelo computador ou o colica a Brasil no levantamento ranking dos países mais letais para o gênero feminino. As formas de eliminação das mulheres são muitas. Quando não são vítimas de armas brancas ou de fogo, elas são mortificadas pelos abusos sexuais, pela humilhação, pelo ostracismo e pela tutela psicológica. No campo do trabalho, elas são golpeadas pelo injusto tratamento discriminatório imposto pelos patrões, que as têm como incapazes e inferiores ao sexo oposto. O machismo não só executa o inferno ao pelos homens, como grupo que infelicit também muitas mulheres. As humilhações e críticas, com uma visão maniqueísta, defendem a submissão da mulher ao sexo oposto. Cultivam a ideia, entre outras mulheres de ser relacionamento, a ideia de supremacia masculina. Ferrem valores incompatíveis com o século 21. Ainda se persistem a reforçar a homofobia, que anima e incita a violência entre o gigantesco contingente de machistas. Elas, como eles, despozem e coadunam as novas configurações de famílias, decorrentes da homossexualidade. Para os distorções, há um medicamento, produzido a partir da combinação de dois latentes: educação e respeito. Sem os dois, os mentaismente pervertidos jamais conseguirão ver as pessoas como pessoas, independentemente da sua prática ou orientação sexual. Enquanto o método não chegar a todos, a ideologia de gênero continua na ordem do dia.

«Dilva Torres de Oliveira, Aguias Caras»

Quem paga?

A notícia que deveria indignar o governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel, vai ser o caso 181 bilhão. É isso mesmo: bilionário o valor das obras da Estação Calve do metrô do Rio. Agora, que deveria ficar dentro para as Olimpíadas de 2016, foi embargado por causa de desistência de operar. Um ver de comar atada da bobagem, o governador optou pelo caminho mais responsável. Foi o desembolso milhões por desistência. Quem pagará? Ocorra tribunal, claro. Danos não são em dinheiro. Então, de trabalho de cidadania que acuriam todo, sobrem em transporte de mal qualidade, enfrentando condições, se vivem com salários mais altos que o resto. São beneficiários todos. Como o bolso é a parte mais sensível do corpo, que tal de pagar pelo estágio. Com isso, vai sentir a dor que homens e mulheres brasileiros sentem.

«Flávio Augusto, Guará»

Augusto Aras

Jair Bolsonaro escolheu o procurador-geral da República fora da lista tríplice. Muitos o criticaram por isso. Doutrina que foi autoritário que representa mesmo constitucional e democrático. Acho a escolha exagerada. O presidente tem o direito de operar por esse ou aquele nome, independentemente da indicação dos pais. A questão é outra. Procurador-geral é aprovado pelo Senado. Tem mandato. O quanto é desempenhado as funções que a Constituição lhe atribui, não é competência do Ministério Público.

«Marcelo Alves, Iporanga»

Na quarta parte nova, os Campos Aras. E se mais mundo houver, lá chegará.

«Celia Vaz, Lagoa Nova»

E a Dodge, hein? Rodou bem por dois anos e foi enguiçar logo na entrada da garagem.

«José Sardenha dos Reis - Brasília»

O governo está precisando menos de um porta-voz e mais de um corta-voz.

«Frociniano Dória - Curitiba»

O ojerisa do capitão ao meio ambiente acendeu os holofotes sobre ex-senadora e ex-presidencialista Marina Silva.

«Gerson Gouveia - Aguias Caras»

Educação não se faz com imposições, mas com democracia, com liberdade de pensamento e respeito às diferenças.

«Jozia Anglica - Anápolis»

Cadê os modos, menino?

«Tina dos Reis, Brasília»

«Tina dos Reis, Brasília»

«Tina dos Reis, Brasília»

«Tina dos Reis, Brasília»

Corporate information for Correio Braziliense, including contact details for Alvaro Teixeira da Costa, Paulo César Marques, Leonardo Guilherme Lourenço Moisés, and other staff members.

MACHISMO ASSASSINO

Ana Dubeux



Devido processo legal

de ALMIR PRAZIANOTTO PINTO
Advogado. Foi ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho

O elenco de direitos e garantias fundamentais do art. 5º da Constituição aponta indiscriminadamente a todos, sem distinções de raça, sexo, cor, idade, nacionalidade, meios econômicos, posição social. Ninguém, portanto, será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal e, se acusado, em processo judicial ou administrativo, terá assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV e LVII).

Na condição de ministro do Tribunal Superior do Trabalho, deparei-me com situações nas quais o réu foi prejudicado porque, em instância inferior, não lhe foi assegurado o devido processo legal, ou o juiz detentor lhe garantiu amplo direito de defesa. O meu primeiro encontro com o arbítrio ocorreu em 1961, ao dar os primeiros passos na advocacia. Determinado indivíduo invadiu certa loja durante a madrugada e furtou mercadorias, fagindo para município vizinho. Ao receber a queixa feita pelo proprietário, o delegado local procedeu a rápida investigação e seguiu no encalço do delinqüente, localizado, preso e trazido de volta. Lavrado o auto de prisão flagrante, foi recolhido à cadeia.

Procurado por familiares do acusado, consultei o inquérito e constatei a violação do devido processo legal. De acordo com o Código de Processo Penal (CPP) que a polícia judiciária "será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições". Competirá, portanto, ao delegado de Capturi apresentar o suspeito ao colega do município onde detinha prisão, ao qual caberia proceder ao interrogatório e à lavratura do flagrante. Era caso de redação valor, com identificação e prisão poucas horas após a ocorrência. O devido processo legal, entretanto, não poderia deixar de ser respeitado. Assim, decidi o juiz de direito de conceder habeas corpus e pôr em liberdade o acusado.

Em matéria geral, as autoridades policiais não se dão ao trabalho de observar rigorosamente o devido processo legal. Prises e



PHOTO

inquêritos, sobretudo de pequenos marginais, são levados a efeito de qualquer maneira, resultando, tempos depois, em absolvições inaplicáveis aos crimes, ou concessões de alvarás de liberdade dias, semanas, meses, anos depois de crimes que não observaram o devido processo legal ou impediram o exercício do amplo direito de defesa.

A delação ou colaboração premiada, como meio de produção de prova em processo crime, é novidade no direito brasileiro. O criminoso que contribuir efetiva e voluntariamente (sic) para a identificação dos demais

coautores e partícipes da organização criminosa revela a estrutura hierárquica e a divisão das tarefas; previne infrações penais; torna possível a recuperação total ou parcial do produto do crime ou para localizar e preservar a integridade física da possível vítima; poderá ser perdoado, ter reduzida em até 2/3 a pena prevista em lei ou tê-la substituída por medida alternativa, a critério do juiz (Lei nº 12.850, de 2/8/2013).

O delator, cuja delação foi homologada, deixa de ser apenas réu para se converter, voluntariamente ou moralmente coagido, em assistente de acusação. Assume dupla personalidade: é acusado, mas, para se defender e levar vantagem, revela tudo o que sabe e soma esforços à acusação. Quando o Ministério Público, autor da ação penal, busca auxílio do delator, celebra acordo e encaminha ao juiz com pedido de homologação, ganha o valioso apoio de quem, como informante ou coautor do crime, conhece por dentro os fatos. O Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3/10/1941), editado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, sob a Carta Constitucional de 10/11/1937, preservava as raízes autoritárias. Não obstante, traça nítida separação entre juiz, Ministério Público, acusado e defensor, e os assistentes de acusação. São personagens distintos, com funções inconfundíveis dentro dos autos. Ao juiz incumbe prover a regularidade do processo, ao Ministério Público promover e fiscalizar a execução da lei, ao advogado patrocinar a defesa do acusado, fazendo uso de todos os meios previstos na Constituição e na lei.

Juizes que estabelecem parceria com promotores e lhes transmitem instruções, ou impedem o réu de ter acesso ao conteúdo da delação, infringem os princípios do processo penal. No processo, o último a falar é o advogado de defesa. Nege-se o conhecimento da acusação, robustecida pela delação, acarretará nulidade por violação do devido processo legal e negação do pleno direito de defesa.

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Orca Carlini | orca@carliniadv.com.br

Os Correios foram lançados no precipício por políticos

Aquelas que se dispuseram a seguir as muitas pistas que conduziram ao instante inicial em que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) começou a despencar num abismo, terão que resuar a junho de 2005, quando eclodiu, no Legislativo, o escândalo que levou o nome da instituição e que delagaria também a formação da Comissão Parlamentar de Inquérito, intitulada CPI dos Correios.

Foi justamente nessa encruzilhada sinistra, que quase levou ao impeachment do então presidente Lula, que teve início a derrocada daquela que foi uma das maiores e mais eficientes empresas públicas do país, detentora de selo de qualidade, admirada por todos os brasileiros pela ampla cobertura de serviços no inenarrável território nacional.

Para dar conta de tamanha tarefa diária, os Correios chegaram a contar com mais de 118 mil funcionários, que todos os dias iam aos mais longos pontos do país entregando mensagens e encomendas em tempo e hora sempre com presteza e garantia.

Foi naquela CPI, acompanhada com suspense por toda a população, que teve início, não apenas a derrocada da grande empresa, mas revelou a todos, os métodos usados pelo Partido do Trabalhadores para entorpecer e deprimir também outros estados em prol de projeto de perpetuação no poder, por meio do entriçamento da legenda e dos seus dirigentes.

Pela magnitude da rapinagem efetuada na ECT e pelas revelações no modus operandi do partido no poder naquele instante, pôde a CPI instalada, chegar a um esquema, inicialmente maior e mais criminoso que foi a descoberta de que aquele partido estava, literalmente, comprando, de forma regular e contínua parlamentares, transformando parte significativa dos congressistas em meros mercadores predatórios. Foi nesse momento, onde a ética política foi varrida pelo vento, que surgiu o esquema chamado Mensalão, do qual a ECT iniciou sua deslida ao inferno.

Trêssem os parlamentares, naqueles momentos, honrabilidade e coragem cívica, teriam interrompido a continuação delitosa daqueles grupos, inclusive com o afastamento definitivo do chefe do Executivo, o que, sem dúvida alguma teria poupado os Correios e outras empresas nacionais da falência por mal gestão e, principalmente, por corrupção.

Com a reeleição, aquele presidente acreditou ter recebido uma carta branca da população. Não só prosseguiu na dilapidação da empresa, como misto também em outras até mais rotineiras, como a Petrobras. O esquema criminoso foi aperfeiçoado e mantido até as eleições de Dilma Rousseff.

Conteúdo da primeira mulher à Presidência da República, envolveu numa falsa aura de grande gestora, aprofundou-se ainda mais toda a maquinaria de assalto às estatais, com a ECT, sendo, literalmente, levada à ruína. Com a presidência, o volume de dívidas advindo dos lucros da empresa foi praticamente na totalidade repassado ao Tesouro. A sangria se seguiu a destruição do Fundo de Pensão dos Correios, o Brasil, sob o comando, mais de 10 milhões desse Fundo, viraram fumaça, devido à corrupção e má gestão.

Parte dessa fortuna que era propriedade dos trabalhadores da empresa, amesalhada por anos e foi usada para bancar campanhas políticas. Outra parte foi aplicada propiciadamente em papéis podres. Outra parte foi simplesmente roubada por genros indicados pelo partido. O saldo de mais de uma década dessa verdadeira rapina sobre os Correios é uma empresa falida, com milhares de empregos perdidos, greves constantes, cinto a delágua na zona traseira feita (10) e um futuro incerto entre a privatização e, quem sabe, um possível, mais duradouro projeto de sequestro da empresa.

Na era em que assiste ao boom do E-commerce, com a estrutura material e humana que ainda dispõe e com o monopólio do setor de entregas, existe uma péssima perspectiva de futuro essa que foi uma das maiores e melhores empresas nesse segmento. Besta saber até que ponto o governo está disposto a investir nesse empreitada.

»» A frase que não foi pronunciada

"Desde agosto de 2003, é voz corrente em cada canto desta Casa que o senhor Delúbio, com o conhecimento do senhor José Genroino, tendo como pombo-correio o senhor Marcos Valério [...], repassa dinheiro a partidos que compõem a base de sustentação do governo, num negócio chamado mensalão."

Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB

Reconstrução

"Quando surge a possibilidade da volta da CPME o impacto na população parece ser diferente, não são apenas cidadãos e pelos clubes arrebatados pelo governo brasileiro. O que o brasileiro quer é reconstruir o próprio país."

César&Deus

"Recebemos de um amigo da Alemanha o

recorte do Deutsche Welle com o registro da lista para impedir a instalação da igreja Universal no praça Leopold, em Berlim. A prefeitura não compactua com a forma de arrecadação dos templos. O superpelo do Min. Stephan von Hassel do Partido Verde, tem recios com a falta de transparência na prestação de contas. A nota acrescenta informações tidas sobre o assunto nessa coluna.

»» História de Brasília

O prefeito Sete Clamara está trabalhando por trás, para "desenterrar" as verbas. Está chamando-o de touro, porque sete vezes três são vinte e um, e quem é brasileiro não esquece do jogo do bicho. Publicado em 30/11/1961.

Pela humanização da vida das mulheres

de ISABEL CLAVELIN

Formataza, doutora em comunicação pela UnB e integrante do Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno.
Foi professora da Universidade Católica de Brasília, entre 2012 e 2017, deu cursos de jornalismo, publicidade e serviço social

Humanizar a vida das mulheres é o mínimo que podemos fazer quando uma de nós vive o feminicídio — aquele assassinato cruel de mulheres pelo fato de serem mulheres. Hoje, penso é tudo sobre Pedrolina Silva, mulher negra nordestina, assistente social, minha ex-aluna e orientanda, assassinada por feminicídio em 2014, a violência contra as mulheres não era assunto de indiferença; era de ação, questionamento. Foi assim que nos encontramos na cidade, desenvolvemos reflexão, produzimos conhecimento científico. Ela do Nordeste, eu do Sul. Ambas, mulheres negras.

Falar não é também falar de si, nos colocamos como pessoas e cidadãs diante das situações. Há alguns anos, trabalho para contar histórias de mulheres, formular campanhas, divulgar dados e informações, desenvolver pesquisas acadêmicas e buscar respostas que somem, de algum modo, ao trabalho incansável de gerações de feministas e ativistas das várias vertentes do movimento de mulheres no desmonte do patriarcado.

- Enfrentar e acabar com o machismo, o racismo e outras formas de opressão é um trabalho coletivo, que conta com a colaboração de Pedrolina Silva, Mondara do Paraná, trabalhadora em Taguatinga, era uma marabonense "arretada". Migrou para Brasília em busca de sonhos, boa parte deles conquistados. Teve a trajetória de superação pessoal

interrompida no domingo (19/9) sob o Sol escaldante de setembro. Pedrolina Silva foi a primeira mulher assassinada com que convivi, assim como deve ter sido para centenas de amigas, amigos e colegas da nossa querida Lina. O pavor, a luta pela vida e os gritos de Lina foram sufocados pelo feminicídio em meio a um matagal seco no final da Asa Sul. Herói, a base pelo "paralelo dele" rompeu o silêncio do feminicídio. Beati vos meus, nos encheu de emoção a ação. Assim como as águas, nos movemos juntos, vencemos a seca do imobilismo. Nossas vozes reverberaram o clamor pela vida da Lina. Hundamos as redes sociais e grupos de conversa com as fotos dela, enquanto reconectamos, pessoa a pessoa, com a nossa própria humanidade. Ela passou a ser "conhecida" de quem jamais a tinha visto. Milhares de pessoas no DF e em outros estados tiveram juntas a agenda do desaparecimento, o desespero da falta de informações até a fatídica notícia da localização do corpo feminino negro de Pedrolina, subjugado pelo machismo e pelo racismo exterminatórios.

Instantaneamente, a nossa rede de solidariedade passou das mensagens de mobilização e de esperança a exterior os sentimentos de desamparo de centenas de mulheres do DF e do Entorno — de diferentes idades, raça e etnias, sotaques —, e a periplidade de poucos homens. Nas redes e nos grupos de

celular, quanto mais essas vozes de consolo se avolumavam, mais era evidente o silêncio do poder público do DF em relação a mais um crime de feminicídio. Esta é, infelizmente, a maneira como "o fim cruel e degradante da vida das mulheres" é integrado estatística com que órgãos públicos, população e meios de comunicação tratamos os casos de violência contra as mulheres.

Ir e vir, decidir, lutar, expressar e transformar são verbos que conjugamos nas diferentes manifestações de sigas que, nós, todas as mulheres —, queremos e temos o direito de ser. Cada vida conta. Todas as vidas são importantes. A vida das mulheres é para ser vivida sem machismo, sem racismo, sem LGBTfobia, sem discriminações de qualquer expressão. Era deste entendimento que Pedrolina Silva fazia parte e agia diante de injustiças, impunidades e demagogias. Ela não deturva se abater pelo desânimo, recompunha-se e seguia adiante. Assim, foi a história de uma mulher a vida das mulheres e a ação que nós — todas as mulheres e todos os homens —, precisamos tornar prática diária, com todas as nossas forças — pessoas, cidadania, poder público, orçamento, cidades —, para acabar com a violência contra as mulheres com a seriedade e a energia com que o machismo precisa ser derrotado. Essa vitória precisa ser construída por mulheres e homens.

PELA HUMANIZAÇÃO DA VIDA DAS MULHERES

Isabel Clavelin



VISÃO DO CORREIO

Infância: um grito de socorro

Denúncias de maus-tratos infringidos a crianças e adolescentes se tornam cada vez mais frequentes no Brasil. Algumas ganham notoriedade como o caso de Isabella Naldini, de 5 anos, Mirella Poliana de Oliveira, de 11 anos, e Rhaan Maycon, de 9 anos. A primeira, morta pelo pai e a madrasta, foi jogada do 9º andar do prédio onde passava o fim de semana. A segunda, nas manchetes desta semana, foi assediada pela madrasta, que, ao longo de dois meses, a envenenou a prestação. O terceiro foi esquentado pela mãe e conchupido, depois de ter o pênis decepado.

As tragédias que ganham visibilidade não costumam parar fora da curva. Ao contrário. Chamam a atenção para a crescente violência cometida contra a parcela da população indefesa, incapaz de exercer a plenitude dos direitos. Os algozes, na maior parte das vezes, não são inimigos contra os quais se aciona a Justiça na busca de salvaguarda. São membros da família ou instituições do Estado, negligentes no cumprimento da Constituição e na efetividade da rede de proteção legal — seja na prevenção às violações, seja na redução de danos.

Os números divulgados causam indignação. Em 2011, segundo o levantamento mais recente do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasis), houve 307.387 casos de violência no Brasil — 128.230 dos quais se referem a menores de idade. E o assaltador: nada menos de 41%. Em 2010, o

Disque 100 (canal de denúncias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) registrou 152.170 ocorrências de agressão contra o público infantojuvenil.

Vale lembrar que fham os especialistas. Os dados, embora assustadores, longe estão de revelar o universo total do problema. Há que levar em conta a subnotificação. Familiares, vizinhos e amigos costumam ignorar os dramas que presenciam. As vítimas são vítimas. Entre elas, a cultural. Muitos acreditam que castigos físicos ou psicológicos fazem parte do processo de educação. Pais veem, assim, o direito de castigar os filhos. É de papuismo que se trata: peço, pensam eles. O medo de represália também deve ser considerado. O "troço" pode vir a qualquer momento. O silêncio funcionaliza como autodefesa.

Não é fácil bater ponto final na barbárie. Mas impõe-se aos olhos a tornar horrores como os mostrados pela série especial do Correio Braziliense *Infância, um grito de socorro* fatos excepcionais, não corriqueiros como se observa no Brasil. O conhecimento do problema deve motivar mudanças capazes de reduzir ocorrências e danos. As iniciativas precisam conjugar dois verbos. Um é punir. O apressor tem de responder pelos atos que roubam a infância e a juventude de crianças e jovens. O outro é prevenir. Leis, metas, leis, debates sociais, redes de comunicação de massa, campanhas educativas devem contribuir para evitar que o luto seja derramado.



>> Sr. Redator

Cartas ao Sr. Redator devem ter no máximo 20 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identificação e endereço para contato. E-mail: srredat@dfabr.com.br

Chateaubriand e JK

Naquele longínquo 12 de setembro de 1902, nascia na linda e hospitaleira Diamantina, lá nas serras de Minas Gerais, uma criança igual a tantos outros, mas com espírito audacioso, empreendedor e líder nato, o sudesteiro: Juscelino Kubitschek de Oliveira, médico urologista com especialização em Paris, governador de Minas Gerais, senador por Goiás, presidente de todos nós e construtor da bela Brasília, cosmopolita de todo o Brasil. O Regime Militar foi infeliz em cassá-lo, pois teríamos mais cinco anos em 50 e ganharíamos nós e o Brasil. A solidificação de Brasília, nascia também o melhor jornal do Brasil, o *Correio Braziliense* cujo dono, o também visionário paraibano da pequena Princesa, de Assis Chateaubriand, que se comprometeu com o presidente inaugurar o jornal na mesma data de Brasília, em 21 de abril de 1960, dito e feito. Dessa forma, parabenizamos os dois visionários nessa data tão festiva e toda a equipe do *Correio*.

» **Hércules Pereira de Brito Sobrinho**, Goiânia (GO)

Desabafo

>> Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Diante do recorde de estupros e violência contra a mulher, a ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos se mantém em silêncio sepulchral.

Maria Thereza Pereira — Ass Norte

CPMF do bom português: "Contra Patifarias, Mantenha a Fé!"

Rodrigo Letão — Sobradinha

As opiniões de Carlos Bolsonaro sobre democracia têm motivos de força maior e questão de ordem unida.

Eduardo Pereira — Jardim Botânico

O Sr. Macron, que vive dando palpites sobre a Amazônia, por que permitiu a morte de 1.435 franceses em decorrência do calor?

Petro Alberto de Araújo Lima — Ass Norte

Instituições: **Roberto Doglia Azubjama**, Ass Sul

Mis Miranda

O deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, cobrou explicações do deputado federal Luis Miranda, eleito pelo DE, quanto às acusações de suposta prática de crime de estelionato aplicado em diversas pessoas interessadas em investir nos Estados Unidos. É misterioso que se espera de um homem público, principalmente de dos que exercem mandato eletivo. Como depositários do poder que lhes foi conferido pelo povo, têm a obrigação moral e o dever cívico de prestar contas aos eleitores de todos os seus atos, principalmente das acusações ou suspeitas de que tenha sido alvo, além de responder aos respectivos inquéritos policial ou judicial. O deputado Rodrigo Maia tem toda a razão em exigir que o deputado Luis Miranda se explique publicamente. A propósito, o deputado Rodrigo Maia também deveria explicar ao povo brasileiro as suas suspeitas ou acusações em inquéritos em curso na Polícia Federal, no Ministério Público e no Supremo Tribunal Federal (STF), relativos a supostas importâncias que teria recebido da Odebrecht.

» **Cid Lopes**, Lago Sul

Metrô

O cenário da população que usa o Metrô não deve ter fim até que as mudanças necessárias e prementes sejam feitas. Enquanto isso, usuários, são atormentados com problemas de atropelamentos e interrupções de serviços. Pagamos impostos para isso não ocorre. É notório que faltam investimentos e manutenção nos equipamentos. Também falta segurança nas estações e os vagões estão sempre lotados. O desconforto para esperar os trens também é grande. Faltam assentos e os passageiros têm que esperar em pé. Os trens da frota são antigos e faltam peças no mercado para atender às necessidades emergenciais de manutenção. O tempo de uso do sistema de controle e monitoria dos trens da Companhia do Metrô do Distrito Federal (Metrô-DF) tem colaborado para os constantes problemas operacionais, como as reduções de velocidade em horários de pico. O Metrô precisa passar urgente por uma renovação tecnológica. Além disso, convém salientar, o desmonte do Metrô não privilegia os locais com grande concentração de pessoas. Fora da integração, é apenas uma ferrovia. A mentalidade de quem pensou no projeto, salvo melhor juízo, foi de pagar as pessoas de outros órgãos administrativos e jogar no Plano Piloto Afonso, a falta de estações, no Setor Industrial e Abastecimento (SIA) e na VCI.

» **Renato Mendes Prestes**, Águas Claras



Violência invisível

ADRIANA BERNARDES adrianabernardes.df@abr.com.br

Os assassinos de Letícia Carada, aos 28 anos, e de Pedrolina Silva, 50, trouxeram à luz casos de abuso sexual que a Polícia do Distrito Federal desconhecia. Ao serem assassinados confessos na mídia, elas reuniram forças e procuraram as delegacias para registrar a violência que as silenciou por meses, até anos. Arrancaram a casa e colocaram a ferida a exaustivo a fim de, finalmente, ver os agressores pagarem pelos seus crimes.

Ao fim da investigação, pode-se até chegar à conclusão de que os assassinos de Letícia e Pedrolina não violentaram todas as mulheres que buscaram ajuda policial desde a divulgação dos casos. Mas fica evidente que o número de estupros — e outras variações da violência sexual — no DF é muito maior do que se imagina. E é preciso encontrar as milhares de denunciadas.

Entende-se por encontrar, não apenas a divulgação de campanhas sobre a importância da denúncia. Isso é de meses. É preciso criar as condições para que as mulheres se sintam acolhidas e cuidadas nas delegacias, nos laboratórios de Polícia Militar, nas escolas e na rede pública de saúde. Há muitos tabus nesse ambiente que precisam ser quebrados: machismo e preconceito, principalmente.

Ovnis relatos de mulheres vítimas de violência é assustador não apenas pelo fato em si. Mas por outras violências a que são submetidas no momento de prestar a queixa. Nem todos os policiais têm a sensibilidade no atendimento a essa

vítima. E isso se muda com política pública e com treinamento nas corporações.

É incontestável que vítimas de violência de qualquer natureza, sobretudo a sexual, precisam de amparo psicológico para superar o trauma. Mas os relatos das vítimas revelam que a rede pública não tem profissionais em número suficiente para dar vazão à demanda. Algumas instituições em grupos de apoio vão buscar socorro em organizações não governamentais (ONG). E outras tantas, morrem um pouquinho a cada dia, abandonadas à própria sorte.

Quem não foi vítima de violência também está acorrentada a ela. É como um fantasma diário à espera nas esquinas, atrás dos muros, nas paradas de ônibus ou dentro de casa. Policiamento, limpeza de terrenos vagos, iluminação pública são algumas das ações que podem contribuir para maior segurança de todas as pessoas, mas especialmente das que, além de vítimas, também são assediadas nos seus deslocamentos, convivem com o temor de serem estupradas ou assediadas e não dentro do transporte público.

Mas a mudança de que necessitamos é ainda mais profunda. É estrutural, e culmina por fora a partir dos núcleos familiares, nas escolas, em palestras nas empresas públicas e privadas e nas instituições de ensino. É a cultura mais importante a ser aperfeiçoada e a mulher é um ser de direitos e, como tal, precisa ser respeitada. Em caso de violência, denuncie. Disque 100; Polícia Civil; 191 e Polícia Militar; 190.

CORREIO BRAZILIENSE

ALVARO TEXEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

Ana Dubaux
Diretora de Redação

"No quarta parte nova os campos ara e se mais mundo levaram, lá chegou"

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Vice-Presidente executivo

Paulo Cesar Marques
Diretor de Comunicação e Marketing

Leonardo Guilherme Lourenço Soares
Diretor Financeiro

Pálcio Fernandes Vieira e Vicente Nunes
Editores executivos

JOSEMAR GIMENEZ
Vice-presidente de Negócios Corporativos

LA CORREIO BRAZILIENSE - Circulação: Região Metropolitana de Brasília: 111.100 - Brasília: 100.000 - DF: 100.000 - Total: 311.100. Distribuição: 100.000 - DF: 100.000 - Brasília: 100.000 - Total: 300.000. Preço: R\$ 4,00. Anúncios: R\$ 100,00 por linha por dia. Contato: (61) 3214-1140. Site: www.dfabr.com.br

LA CORREIO BRAZILIENSE - Circulação: Região Metropolitana de Brasília: 111.100 - Brasília: 100.000 - DF: 100.000 - Total: 311.100. Distribuição: 100.000 - DF: 100.000 - Brasília: 100.000 - Total: 300.000. Preço: R\$ 4,00. Anúncios: R\$ 100,00 por linha por dia. Contato: (61) 3214-1140. Site: www.dfabr.com.br

LA CORREIO BRAZILIENSE - Circulação: Região Metropolitana de Brasília: 111.100 - Brasília: 100.000 - DF: 100.000 - Total: 311.100. Distribuição: 100.000 - DF: 100.000 - Brasília: 100.000 - Total: 300.000. Preço: R\$ 4,00. Anúncios: R\$ 100,00 por linha por dia. Contato: (61) 3214-1140. Site: www.dfabr.com.br

LA CORREIO BRAZILIENSE - Circulação: Região Metropolitana de Brasília: 111.100 - Brasília: 100.000 - DF: 100.000 - Total: 311.100. Distribuição: 100.000 - DF: 100.000 - Brasília: 100.000 - Total: 300.000. Preço: R\$ 4,00. Anúncios: R\$ 100,00 por linha por dia. Contato: (61) 3214-1140. Site: www.dfabr.com.br

TABLE WITH 4 COLUMNS: VENDA AVANÇADA, LOCALIDADE, VALOR, DATA. Includes rows for Brasília, DF, GO, RJ, SP, TO, MT, PI, PE, PB, RN, RR, RO, RS, SC, SE, SI, SO, SP, TO, MT, PI, PE, PB, RN, RR, RO, RS, SC, SE, SI, SO.

LA CORREIO BRAZILIENSE - Circulação: Região Metropolitana de Brasília: 111.100 - Brasília: 100.000 - DF: 100.000 - Total: 311.100. Distribuição: 100.000 - DF: 100.000 - Brasília: 100.000 - Total: 300.000. Preço: R\$ 4,00. Anúncios: R\$ 100,00 por linha por dia. Contato: (61) 3214-1140. Site: www.dfabr.com.br

LA CORREIO BRAZILIENSE - Circulação: Região Metropolitana de Brasília: 111.100 - Brasília: 100.000 - DF: 100.000 - Total: 311.100. Distribuição: 100.000 - DF: 100.000 - Brasília: 100.000 - Total: 300.000. Preço: R\$ 4,00. Anúncios: R\$ 100,00 por linha por dia. Contato: (61) 3214-1140. Site: www.dfabr.com.br

LA CORREIO BRAZILIENSE - Circulação: Região Metropolitana de Brasília: 111.100 - Brasília: 100.000 - DF: 100.000 - Total: 311.100. Distribuição: 100.000 - DF: 100.000 - Brasília: 100.000 - Total: 300.000. Preço: R\$ 4,00. Anúncios: R\$ 100,00 por linha por dia. Contato: (61) 3214-1140. Site: www.dfabr.com.br

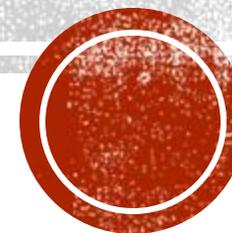
VIOLÊNCIA INVISÍVEL

Adriana Bernardes

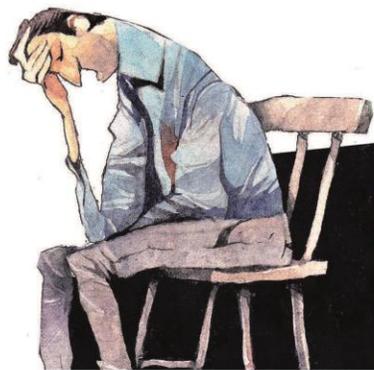


REVISTA DO CORREIO

A masculinidade tóxica foi tema da Revista do Correio na edição de 16 de junho



Como viver o papel masculino valorizando os aspectos positivos e fugindo do estereótipo violento e machista? Não existe fórmula mágica, mas cada vez mais homens buscam esse caminho



POR AILIM CABRAL
POR RONAYRE NUNES

Homem não chora. Isso é coisa de mulherzinha. Meninos não usam rosa nem brincam de boneca. Homem não fala sobre sentimentos... Muitos garotos cresceram — e ainda crescem, em pleno século 21 — ouvindo frases desse tipo. Ensinado desde a infância, e não algo inerente ao gênero, tal padrão de comportamento tem sido tema constante de análise e

ganhou até nomenclatura: masculinidade tóxica. Mas o que, de fato, ela significa? Especialistas classificam a masculinidade tóxica como um braço do machismo que tem como alvo meninos criados para se tornarem homens dominadores e sem características vistas como femininas, como sensibilidade e empatia. Mulheres e meninas, consequentemente, se tornam as vítimas finais dessa violência, tendo suas características e seu gênero vistos como inferiores e mais fracos. Mas, sobretudo, a repetição de tal padrão se torna

tóxica para o próprio homem, quem sofre com ele. Exagerando os efeitos nocivos da masculinidade tóxica em si mesmos, em suas relações interpessoais e na sociedade, diversos homens iniciaram um processo de desconstrução e buscam auxiliar outros a seguir o mesmo caminho. O projeto Casa dos Homens é um deles. Criado em 2012, ele é comandado pelo italiano Paolo Cirola, educador social com formação psicoterapeuta que está no Brasil desde 1994. Paolo divide a liderança do programa com o psicólogo Lucas Nobrega, 33.

A iniciativa, que começou com 10 participantes e agora tem cerca de 300, surgiu a partir de um grupo de estudos. Hoje, conta com palestras, atividades terapêuticas, exercícios corporais e rodas de conversa. Ao ver que uma colega tinha criado um grupo feminino, Paolo achou que uma iniciativa semelhante para o público masculino seria positiva. A ideia era ter um espaço seguro e terapêutico para o diálogo.

Nos encontros, é trabalhado o conceito do que é ser homem, com conversas sinceras sobre sentimentos, inseguranças e como mudar padrões comportamentais enraizados. "É um lugar em que ele se sente seguro para se abrir. Sentimos a necessidade de ter um grupo que não seja o da cerveja ou do futebol — em que, geralmente, os homens não se colocam naturalmente nem falam de si", acrescenta Paolo.

O psicoterapeuta resalta que o que era visto como masculino há algumas décadas vinha pautado em força e violência e, em muitos casos, ainda funciona dessa forma. Porém, existe um processo de mudança. "Nos últimos anos, os homens foram para outro espaço. À medida que as mulheres se empoderaram e buscam os direitos delas, eles também se encontraram em outro lugar."

Paolo acredita que muitos homens querem mudar e sair do estereótipo que resulta em malefícios, tanto para eles quanto para elas, mas ainda se encontram um pouco perdidos no processo de desconstrução de papéis de gênero estabelecidos e perpetuados por milênios. "Ensinamos às crianças a não chorar, dizemos para os garotos que eles precisam reagir, que não podem errar ou sofrer, que precisam ser violentos, caso queiram ser respeitados. É uma construção contínua de uma versão dura e sem sentimentos."

E aí se encontra a importância de projetos que incentivem a desconstrução. Para Paolo, o processo depende da intenção dos homens de caminhar em direção à abertura dos sentimentos e da integração da sensibilidade como parte de sua natureza. O psicoterapeuta afirma que, ao longo dos anos, já viu diversos homens mudando e se abrindo, descobrindo uma forma nova de viver.

Uma questão histórica

Ana Paula Antunes Martins, professora do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB), resalta a importância de não perceber o masculino e o feminino como características essenciais e naturais, mas sim como uma construção social. "De certa forma,

Carlos Vieira/CR/DA Press



Paolo Cirola (de branco) e Lucas Nobrega (de preto) criaram o grupo Casa dos Homens: local de abertura e debate

Como ser um homem melhor

● **Dialogue:** falar sobre os sentimentos, especialmente em momentos difíceis, não fara de você uma pessoa mais fraca ou menor. Pelo contrário, pode ser uma chance de evitar muitos problemas.

● **Questione atitudes machistas dos amigos:** você não será mais ou menos aceito se rir daquela piada machista do amigo no bar.

● **Aprenda a ouvir (especialmente as mulheres):** ler livros sobre o tema, assistir a documentários e, sobretudo, prestar atenção ao que as mulheres estão falando sobre o tema pode ser uma boa chance de começar a entender o problema.

● **Machismo é diferente de masculinidade:** não confunda um com o outro, ser homem não tem como característica o machismo.

marcada por uma depreciação das características femininas e uma construção do masculino pensada como um lugar de força, de violência."

O psicólogo Sérgio Henrique Souza Alves, professor do Centro Universitário Iesb, explica que esse conceito nocivo de masculinidade foi construído socialmente com origem que remonta à Grécia Antiga, passando pela Revolução Francesa e chegando até os dias atuais. "Toda essa história formatou a ideia de que o homem não pode chorar, que é forte, que não tem fraqueza, que não erra. Óbvio que na prática não funciona assim."

É importante entender que a masculinidade em si não é o problema, mas sim a construção machista acerca dela. É possível vivenciar a masculinidade de forma saudável, a partir da desconstrução e de formas diferentes de criar meninos e meninas. "A violência contra as mulheres tem como uma das fontes essa visão tóxica da masculinidade. É algo que precisa ser discutido desde a infância para que aos meninos também seja dada a possibilidade de manifestar emoções, o que muitas vezes é proibido pela sociedade", explica Ana Paula.

Sérgio acrescenta o quanto é importante que cada homem entenda os próprios atos machistas e como isso funciona dentro dele. Depois do reconhecimento, deve vir a busca de ajuda para se modificar. "A questão cultural é uma mudança muito lenta e demorada, que precisa de ação contínua." ▶

UNIDOS POR UMA MASCULINIDADE SAUDÁVEL

"Como viver o papel masculino valorizando os aspectos positivos e fugindo do estereótipo violento e machista? Não existe fórmula mágica, mas cada vez mais homens buscam esse caminho"





• Currículo IB (International Baccalaureate)
aceito em 140 países.

SGAS 605 Conjunto E Lote 34/37
Brasília DF +55 (61) 3442-9700

MATRÍCULAS ABERTAS

American School
of Brasilia

Parem de Matar as Mulheres

Publicado em 07/08/2018 | 23:45 | Sandra Machado

Assédio Machismo, Direitos Humanos, Distopia, Estupro Infanto-Juvenil, Feminicídio, Feminismos, Gênero, Igualdade de Direitos, Lei Maria da Penha, Machismo, Mulheres brasileiras, Raça Etnia, Religião, Saúde Mental e Gênero, Tráfico Humano, Violência de Gênero

O Brasil do Século 21 é Machopata

Somente nestas últimas três décadas, o machismo doentio no Brasil, perpassado e perpetuado por todas as suas gerações, assassinou um total de mulheres equivalente ao dobro do número de soldados norte-americanos mortos em toda a Guerra do Vietnã. A violência misógina, de quem não ama nem gosta das mulheres, resultado de uma sociedade patriarcal conservadora, causou a morte de mais de 106 mil mulheres brasileiras, entre 1980 e 2013. Se calculado o aumento dos registros nesta década, com quase cinco mil casos anuais, os números batem mais de 132 mil feminicídios, no país, em menos de 40 anos. Sem contar os casos não inseridos nas estatísticas como crimes de ódio de gênero, porque parte da nação ainda é capaz de culpar as vítimas pelas



Sandra Machado

Jornalista, Doutora em História pela
Universidade de Brasília e Master of
Arts em Cinema e TV pela The

BLOG DA IGUALDADE

Sandra Machado

**Parem de matar as mulheres
- Machismo, necessidade de
as pessoas "meterem a
colher" na briga de marido
e mulher, números da
barbárie no Brasil e no
mundo.**

<http://blogs.correiobraziliense.com.br/igualdade/>





CB.PODER

Em 9 de setembro CB.Poder foi com o juiz Ben-Hur, Coordenador do núcleo judiciário da mulher e titular do juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher.

<https://www.facebook.com/correiobrasiliense/videos/cb-poder-0909-ben-hur/398891174152194/>



ELAS NO ALVO

POR QUÊ?

1ª) Vanilma Martins dos Santos, 30 anos, morta a facadas pelo marido.

2ª) Jilva Maria Maia de Silveira, 69 anos, morta a tiros pelo marido.

3ª) Valgênia Martins, 55 anos, morta a facadas pelo marido.

4ª) Cecília Moreira dos Santos, 45 anos, morta a facadas pelo companheiro.

5ª) Maria dos Santos Gaudêncio, 52 anos, morta a facadas pelo namorado.

6ª) Edileuza Gomes de Lima, 68 anos, morta enforcada com um cabo USB por um homem com quem se relacionava.

7ª) Isabella Borges, 23 anos, morta a tiros pelo marido.

8ª) Luana Bezerra da Silva, 29 anos, morta a facadas pelo namorado.

9ª) Eliane Maria Sousa de Lima, 49 anos, morta a facadas pelo cunhado.

10ª) Jacqueline dos Santos Pereira, 37 anos, morta a facadas pelo ex-marido.

11ª) Cícica Regina Pereira da Silva, 47 anos, morta com ácido pelo ex-companheiro.

12ª) Maria de Jesus do Nascimento Lima, 29 anos, morta a facadas pelo companheiro.

13ª) Debora Tereza Correa, 43 anos, morta a tiros pelo ex-namorado.

14ª) Francisca Náide de Oliveira Quintino, 37 anos, morta a tiros pelo marido.

15ª) Joyce Oliveira Azevedo, 21 anos, morta a tiros pelo namorado.

16ª) Maria Almeida do Vale, 68 anos, morta asfixiada pelo sobrinho.

17ª) Mulher de 68 anos assassinada pelo próprio filho.

18ª) Taita Voladanters de Lacer, 38 anos, encontrada morta e amordaçada. Investigação em andamento.

19ª) Cristiane Mendes de Sá, 41 anos, morta a facadas pelo companheiro.

LILIAN CRISTINA, 25 ANOS, ASSASSINADA PELO EX-NAMORADO, É A 20ª VÍTIMA DE FEMINICÍDIO DO DF EM 2013

Uma facada no coração

de ALAN RIOS
e WALTER GALVÃO

O machismo e o sentimento de posse sobre a mulher motivam o 20º feminicídio neste ano no Distrito Federal. Ithonatan Neto, 36 anos, assassinou Lilian Cristina da Silva Nunes, 25, com uma facada no coração por ciúmes. Os dois tiveram um relacionamento conturbado, em que terminaram e retomaram duas vezes. Estavam morando no mesmo lote, em uma área no Paranoá, onde ambos trabalhavam com serviços gerais. Porém, desde o começo do mês estavam separados, quando ela decidiu pôr fim de vez ao namoro. Na noite de quarta para quinta-feira, a jovem dormiu com o novo namorado e Ithonatan se irritou. Em depoimento, ele disse que foi ofendido por ela e acabou sendo "tomado pelo ódio", quando pegou uma faca de cozinha e a matou. Lilian deixa quatro filhos.



Lilian Cristina, 25 anos, trabalhava como auxiliar de serviços gerais no Paranoá.

"Infelizmente é mais um caso de feminicídio que chega à nossa delegacia em que um homem, tomado por ciúmes, acaba matando uma mulher covardemente", lamenta a delegada responsável pelo caso, Jane Klebe, titular da 6ª Delegacia de Polícia (Paranoá). Mas por que o assassinato de mulheres está ficando uma rotina na vida das brasilienses? Para Valéska Zanella, professora do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília (UnB), o aumento de casos se deve ao comportamento sensível da população brasileira, que ainda não perdeu força. "Na nossa cultura, as mulheres são entendidas que se deve arrumar um homem e manter a relação, por isso insistem em namoros e casamentos abusivos. No caso dele, a ideia de controle e misoginia são passadas", explica.



Ithonatan Neto, 36 anos: passagens pela polícia, uma por rubio e outra por tráfico.

Ithonatan Neto, assassino confesso, ficou preso anteriormente durante cerca de sete anos por uma condenação por roubo. Em uma saída temporária da penitenciária, o "salto", ele conheceu a vítima e os dois começaram a se relacionar. O namoro terminou pela primeira vez quando ele voltou à prisão, mas, há quatro meses, eles se reencontraram e retomaram. No mesmo período, o casal começou a trabalhar junto em uma chácara no Núcleo Rural Boqueirão, do Paranoá. Na última terça, no começo de setembro, ela não acionou mais o comportamento dele e se separou de vez. "Ele ficava falando para que ela não provocasse ciúmes nele, levando ninguém para casa. Mas ela era livre, não tinha mais um relacionamento e a casa também era dela", ressaltou a delegada. Lilian tentou seguir sua vida por meio dos estudos. Matriculada na educação de jovens e adultos (EJA) do Centro de Ensino Fundamental I do Paranoá, ela trabalhava o dia inteiro e estudava no período noturno. No colégio, conheceu a jovem de 17 anos que estudava na mesma sala de aula e os dois "começaram a ficar", segundo o jovem. Na noite anterior ao crime, o rapaz visitou Lilian e dormiu na casa dela. O dono da chácara, que pediu para não ser identificado, previa a reação de Ithonatan e solicitou para que um vizinho, que é agente penitenciário, retivesse o jovem do local. Quando o policial chegou, o ex-namorado da

mulher estava discutindo com o atual, o ameaçando de morte, dizendo que iria esfaqueá-la. "O agente não sabia da história dos dois e tentou esclarecer a situação, mas, antes que ele conseguisse, Ithonatan já estava agredindo a Lilian", detalhou a delegada. O vizinho deu dois tiros de alerta para o chão, depois tirou a facada do peito e socorreu a vítima, a conduzindo para o hospital, enquanto o dono da chácara mantinha o acusado no local para evitar a fuga. O próprio policial voltou e conduziu o assassino à 6ª DP. Momentos depois, ele soube que Lilian não havia resistido aos ferimentos e morreu. da chácara, descreve a vítima do feminicídio. Maria considerava Lilian como uma filha, tanto que cuidara do bebê da mulher, de 1 ano, enquanto ela ia para a escola. "Nos conhecemos há um três anos, quando ela começou a trabalhar para mim, entregando as mamatas que eu fazia. Desde então, fomos criando um apego muito grande", conta Maria. Além dos serviços gerais na chácara, Lilian ainda fazia bicos como cabeleireira e manicure. Dos quatro filhos, dois ficaram com a mãe da jovem, um com o pai de uma das crianças e outro com a própria Lilian. Desolada, a avó dos garotos não conseguiu falar sobre o crime. "Ficamos muito chocados com tudo, porque ele fazia o que ela queria, parecia ter amor. Mas lembro que uma vez o Ithonatan chegou a dizer que em mulher não se baseia, só mata", relatou Maria.

DIA A DIA

Na cobertura diária, o tema é abordado de diferentes maneiras, numa busca constante de reflexão sobre os motivos de tanta covardia. Como nesta aposta de Cidades, de 13 de setembro.





10 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA por todas nós

de CAMILA COSTA

Por mais de 10 anos, a Lei Maria da Penha não é apenas uma lei, é uma mudança de cultura. Uma das mais populares e a Lei Maria da Penha. Não é difícil ouvir alguém falar "olha, cuidado com a Maria da Penha". Homem, mulher e, ao passo, também as crianças vão tomando para si o poder de fazer valer a lei. E o recado é claro: não se bate, não se machuca, não se finge, não se empurra nem se mata mulher. A norma completa 10 anos hoje com muitas vítimas, apesar das perdas de meninas e mulheres que morreram em nome da cultura do machismo, pelas mãos de homens covardes, a quem confundiam com melhores planos de vida. Maria, Daniele, Ana Paula, Neide, Ednaiva, Jane. Mais de 50 no DF desde 2006, quando a lei entrou em vigor. Uma década para agradecer as vidas perdidas com a força da lei, mas também para pensar em novos meios de punir os assassinos.



"Não queria acreditar que aquilo era com a nossa Daniele, mas era. Já passou muito tempo, mas a dor não passa e eu não perdoo o que ele fez à minha prima."

Maria Ferreira dos Santos, 56 anos



De acordo com o estudo "Análise de efetividade da Lei Maria da Penha", feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2015, a Lei Maria da Penha fez cair em cerca de 10% a taxa de homicídios domésticos, a partir de 2006, quando entrou em vigor. Segundo os dados, a queda é atribuída ao aumento da pena para o agressor, ao maior espremedimento da mulher, às condições de segurança para que a vítima denuncie e ao aperfeiçoamento do sistema de justiça criminal. A violência doméstica está longe de acabar, mas ganhou uma grande combatente que a detona, ao menos, estacionada a níveis nacionais.

No Distrito Federal, a realidade é um pouco diferente, mas também mostra avanços, principalmente no debate, na estruturação da rede de apoio à mulher e na família. Em todo o ano de 2015, a Secretaria de Segurança Pública do

DF registrou cinco mortes de mulheres esfaledadas pelos maridos, parceiros ou ex-companheiros. Até agosto deste ano, o Correlô já contabilizou pelo menos sete feminicídios, um por mês. Um dos mais recentes, da universitária Louise Marinho Silva Ribeiro, morta aos 20 anos, pouco se diferenciava de outro crime contra a mulher, cometido há quase 10 anos, pouco tempo depois do início da vigência da Lei Maria da Penha. Daniele Soares Ferreira tinha apenas quatro anos a mais que Louise. As duas tinham o sonho

de Danieli sofrer até hoje. Ela era uma menina muito boa", lembra Maria. A jovem estava casada há cinco anos com o autor do crime, com quem teve uma filha. A menina tinha 2 anos e morou em 2007, época do crime e vive a mãe se lembra pelo pai. Os avós maternos ficaram com a guarda da menina, que fez tratamento psicológico até hoje. Daniele foi morta antes mesmo de conseguir entrar o presente de aniversário que tinha comprado para o marido, na noite anterior ao luto. Na manhã se

MACHISMO

O entendimento de Maria sobre a lei revela a dor de todas as famílias que passam por uma tragédia como essa. Não há como superar, sequer esquecer e deixar de questionar a justiça. No entanto, segundo especialistas, os ganhos nos últimos 10 anos são incontestáveis. Desde a naturalização do debate, no sentido de combater a violência contra a mulher, à criação de políticas públicas e de instrumentos para apoiar as vítimas. No DF, por exemplo, os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (Ceram), os atendimentos em unidades móveis e a Casa da Mulher Brasileira vieram após a lei ser promulgada.

Para o juiz titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Núcleo Bandeirante e coordenador do Centro Judiciário da Mulher no Distrito Federal, Ben-Hur Viza, a lei trouxe vários aspectos positivos. Um deles é o batimento o debate sobre a violência. Tal mudança tem permissão, na visão do juiz, um entendimento diferenciado sobre a cultura do machismo. "Quando se discute mais a sociedade, tomando conta do que está acontecendo e não aceita mais aquela forma de violência. Antes, era leve o ouvir que a mulher foi morta porque traiu, em legítima

defesa da honra, e isso já não é mais aceito", observou o juiz.

A expectativa é de que as mudanças proporcionadas pela lei, tanto na cultura como na estrutura do Estado, não parem por aí. Articulações do Judiciário continuam acontecendo para garantir isso. Projeto recente do Tribunal de Justiça do DF e Territórios leva a Lei Maria da Penha para dentro das escolas. A tentativa é desconstituir o que foi montado até agora, em cima de uma ideia paternalista, onde as mulheres precisavam de um homem para viver bem e devem se sujeitar a qualquer coisa para tê-lo. "Permitir que no futuro tenhamos uma sociedade menos machista, na qual a mulher tenha tratamento mais respeitoso. É um absurdo precisarmos de uma lei para dizer que elas devem ser acolhidas nos seus direitos humanos, mas a lei vem para concretizar já que não estão tendo os direitos garantidos", pondera Ben-Hur.

MEDIDAS PROTETIVAS

Levar esse tema para a escola não seria possível há 10 anos, antes de ampliar a discussão sobre a violência contra a mulher, uma conquista da Lei Maria da Penha. Outros projetos no DF são o trabalho feito em grupo com os autores das agressões, com acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais, possível apenas após a vigência da lei. Recentemente, uma parceria do TJ com a Delegacia da Mulher (Demul) tem agilizado a aplicação das medidas protetivas com a ajuda da tecnologia. O delegado digitaliza os autos e envia para o juiz pelo internet e a resposta voluntária e não aceita mais aquela forma de violência. Antes, era o juiz decidir foi reduzido de 96 para quatro horas.

LINHA DO TEMPO

2006 - Em 7 de agosto, é sancionada a Lei 13.426/2006, Maria da Penha, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em cerimônia no Palácio do Planalto. - Em 22 de setembro, a lei passa a vigorar em todo o país, escrevendo um novo capítulo na luta pela erradicação da violência contra as mulheres. O TDJF cria o Primeiro Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres. Atualmente, o DF conta com 19 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do TDJF (já Juizados de competência exclusiva de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, criados e mantidos em caráter de urgência).

2007 - O governo federal lança o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com a presença de 15 313 municípios. A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) cria o Observatório de Monitoramento da Implementação e Aplicação da Lei Maria da Penha. - O Conselho Nacional de Justiça recomenda aos Tribunais de Justiça a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a adoção de outras medidas, previstas na Lei Maria da Penha, tendentes à implementação das políticas públicas.



2008 - I Encontro Nacional Promotoras Legais Populares é realizado em Brasília. - Em 7 de julho, depois de 25 anos sem resposta de Justiça e passados sete anos da recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA) ao governo do Ceará, a Lei Maria da Penha, no valor R\$ 60 mil, é implementada e a primeira indenização ao Executivo é ao Judiciário. - Em 7 de julho, depois de 25 anos sem resposta de Justiça e passados sete anos da recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA) ao governo do Ceará, a Lei Maria da Penha, no valor R\$ 60 mil, é implementada e a primeira indenização ao Executivo é ao Judiciário. - Em dezembro é realizada em Brasília a 3ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que contou com ampla participação das mulheres para elaborar o Programa Nacional de Direitos Humanos e reivindicar prioridade para a Lei Maria da Penha.

2009 - Organizações e movimentos de

NOTA DE FALECIMENTO
RAYMOND EFFRAIN FRAJMUND
★ 1918 - † 2008
A família comunica seu falecimento e convida para o velório, HOJE, 7 de agosto, a partir das 14 horas, na Capela 5, Cemitério Campo da Esperança. O sepultamento se dará às 16 horas.

10 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA

E em agosto de 2016, uma página dupla sobre os 10 anos da lei Maria da Penha - Aborda a importância da lei, fala sobre machismo, uma linha histórica na luta por garantir de direitos, como a Marcha das Vadias e a criação da Casa da Mulher Brasileira



EXPO CAPITAL



ALEXANDRE DE PAULA | alexandre.paula@globo.com.br

União de Negócios Brasília



De parar o trânsito

Para protocolar o projeto de lei que reformula o Pro-DI e o GDF promoveu ontem uma caminhada do Palácio do Buriti até a Câmara Legislativa. O governador Ibaneis Rocha (MDB) só participou da cerimônia inicial para a assinatura do texto, mas mandou o vice-governador, Paulo Brito (Avante), e outros representantes estingarem o PI na Câmara. Drezmas de empresários e apoiadores acompanharam o trajeto, que, em alguns momentos, chegou a parar o trânsito.

União Capital - Unia São - O2/DA Press



Bancada do DF se reúne com Maia

A bancada do DF continua o esforço para barrar a PEC da deputada Clarissa Garotinho (Pros-R) que retira do Distrito Federal metade dos recursos do Fundo Constitucional. A deputada federal Flávia Arruda (PT), então, com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), para um evento em Minas Gerais. Aproveitou a oportunidade para articular uma reunião da bancada do DF com ele para tratar do tema. O encontro está previsto para hoje.

Narciso Ferreira/CEJA Press



Dentro dos limites

O gasto do GDF com pessoal, no segundo quadrimestre de 2019, aumentou em relação aos primeiros quatro meses do ano. O valor subiu de R\$ 9,2 bilhões para R\$ 9,3 bilhões. Ainda assim, o número manteve o governo em situação satisfatória em relação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. O total deste segundo quadrimestre equivale a 63,26% da Receita Corrente Líquida (RCL), abaixo do limite de alerta (84,10%) da legislação. A receita também aumentou, foi de R\$ 21,9 bilhões para R\$ 22,1 bilhões. Os números estão no Relatório de Gestão Fiscal, publicado na edição de ontem do Diário Oficial.

Sanções

A postura do governo Ibaneis, desde o início do mandato, foi de não conceder reajustes aos servidores e tentar manter equilibrados os gastos com pessoal enquanto a economia do DF não desse sinais mais fortes de avanço. Pensaram também para os tom escolhidos pelo GDF as decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) em relação a recursos do Fundo Constitucional. A importância de manter esses gastos abaixo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal se deve às diversas sanções impostas quando os patamares são alcançados. Problema que o ex-governador Rodrigo Roldenberger (PSB) teve de enfrentar em boa parte do período à frente do Buriti.

Educação lidera investimentos

O GDF divulgou também o relatório das execuções orçamentárias de janeiro a agosto deste ano. Os dados mostram que a educação lidera as despesas liquidadas e consolidadas (R\$ 13,4 bilhões) até agora, 23,45% do total destinados foram ao setor. O ensino é seguido pela saúde, uma das áreas mais sensíveis da capital, que é responsável por 17,28%. Logo depois, vêm os gastos com previdência social (12,50%). A segurança não aparece com destaque porque os valores do Fundo Constitucional — que banca salários e investimentos na área — não entram nessa conta.

Elaine/CEJA Press



Câmara discute papel da imprensa no combate à violência contra a mulher

A Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre violência contra a mulher e feminicídios debaterá, hoje, o papel da imprensa no combate a esses tipos de crime. A iniciativa é da deputada federal Flávia Arruda (PL-DF), que preside a comissão. A coordenadora de produção da editoria de Notícias de Carereia, Adriana Bernardes (foto), está entre as jornalistas convidadas para a discussão. O evento ocorre, às 14h30, no Plenário 8 da Casa.

De Moraes/CEJA Press



Com escota

A defesa do senador cassado Luiz Escrivão pediu autorização à Justiça para que ele fosse sem escota a três audiências na Vara Criminal e Tribunal do Júri de São Sebastião em outubro. A ideia era que o empresário deixasse o trabalho e seguisse direto para os compromissos. Porém, a juíza Letícia Cary, da Vara de Execuções Penais do DF, negou o pedido. Ela destacou que a ação que investiga regras concedidas a Escrivão no sistema carcerário, possui natureza criminal e, por isso, poderia haver decisão que se refletisse no cumprimento de pena. Além disso, lembrou que todos os presos em regime semiaberto são transportados, em casos assim, em escota. Portanto, o ex-senador não poderia receber tratamento diferente.

"Não troco minha dignidade pela minha liberdade. (...) Quero que saibam que não aceito barganhar meus direitos e minha liberdade."

Ex-presidente Lula em carta sobre o pedido de progressão para o regime semiaberto feito pelo Ministério Público Federal (MPF)

"Lula diz que não aceita condições para deixar a cadeia. Nós também não aceitamos condições para que o chefe do Petrolão saia da cadeia. Que continue preso!"

Deputado Federal Carlos Zambelli (PSD-SP)



Nelson Linhares/MPF



Narciso Ferreira/CEJA Press



SÓ PAPOS

Acompanhe a cobertura da política local com @alexandre.paula



Mais dois feminicídios

de SARAH PERES

Mais dois casos de feminicídio foram registrados no Distrito Federal, contabilizando 25 mortes de mulheres em 2019, conforme levantamento do Corede. No domingo, Adriana Maria de Almeida, 29 anos, morreu após levar 32 facadas do marido, Wellington de Sousa Lopes, 37. Ele conseguiu fugir e não foi encontrado até o fechamento desta edição. Na manhã de ontem, Tatiana Luz da Costa, 35, morreu no Hospital Regional da Asa Norte (Hran). Ela teve 90% do corpo queimado em 23 de setembro. De acordo com a polícia, Vanessa Pereira de Souza, 34, companheira de Tatiana, é principal suspeita de estar fôgo.

Adriana e Wellington estavam juntos há sete anos e tinham uma filha de 5 anos. Atualmente, moravam em um apartamento, localizado no Conjunto 4 do Setor Placa da Mercedes no Riacho Fundo 1. O casal havia saído no sábado e retornou de carro para casa. No início da manhã de domingo, entre 8h e 9h, eles discutiram, segundo o delegado Mauro Aguiar Machado, chefe da 29ª Delegacia de Polícia (Riacho Fundo 1). "Testemunhas relataram que houve gritos e pouco depois, um silêncio. Eles não chegaram a esbranharem a situação, pois o casal costumava discutir. A maior parte das brigas eram por causa de ciúmes de Wellington. No domingo, não foi diferente. A quantidade de facadas que a autor deu em Adriana mostra o quão possessivo e delirante ele era", destacou o investigador. A criança do casal estava com familiares na fim de semana. Mauro Aguiar explicou que Wellington usou uma faca do tipo pequeno para atacar Adriana. Ela morreu na sala e arma do crime ficou perto para atacar Adriana. Ela morreu na sala e arma do crime ficou perto para atacar Adriana. Ela morreu na sala e arma do crime ficou perto para atacar Adriana.



Adriana e Wellington: companheiro tinha histórico de agressões

agredida e ameaçada de morte por Wellington. Ela chegou a receber medidas protetivas, mas revogou o pedido na Justiça. **Queimada viva** Tatiana Luz da Costa morreu às 6h15 de ontem, após sofrer uma parada cardiorrespiratória. A informação foi confirmada pela Polícia Civil. Ela estava internada em estado gravíssimo no Hran, desde que foi atacada pela mulher, Vanessa Pereira. O caso ocorreu em 23 de setembro, no Residencial Total Ville, em Santa Maria. "A vítima foi socorrida pelos bombeiros em casa com 80% do corpo queimado. O incêndio começou no sofá da sala e não se estendeu para outros cômodos da residência, graças a ação da corporação. Vanessa também precisou ser internada no Hran, pois sofreu queimaduras em 40% do corpo. Ela está presa preventivamente, em um leito de unidade, com escolta policial. Segundo o delegado Wellington Rodrigues, chefe da 39ª DP (Santa Maria), com a morte de Tatiana, o caso evoluiu para feminicídio. "Quando ela deu os primeiros esclarecimentos, alegou que o incêndio foi acidental. Mas ela já havia mandado mensagens para a vítima, afirmando que iria matá-la queimada", explicou o investigador.

Onde procurar ajuda

- Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência** — Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Telefone: 180 (disque-denúncia)
- Centro de Atendimento à Mulher (Ceam)** » De segunda a sexta-feira, das 8h às 18h » Local: 102 Sul (Estação do Metrô), Celândia, Planaltina
- Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam)** » Entrepavão 204/205 Sul - Asa Sul (61) 3207-6172
- Disque 100 — Ministério dos Direitos Humanos** Telefone: 100
- Programa de Prevenção à Violência Doméstica (Provid) da Polícia Militar** Telefones: (61) 3903-1349 / (61) 3903-1390

MAIS DOIS FEMINICÍDIOS

Na edição desta terça-feira, na matéria Mais dois feminicídios, além dos casos, um quadro com serviço para vítimas de violência.

